



ANÁLISE DO IMPACTO DA DENGUE EM PESSOAS DE BAIXA RENDA NO BRASIL

ALLAN MATHEUS ANDRADE

RESUMO

No Brasil, as arboviroses, como a dengue, representam um desafio constante para a saúde pública. O clima tropical predominante no país cria um ambiente ideal para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, principal vetor dessas doenças. Fatores como o crescimento populacional desordenado, a globalização com suas mudanças climáticas e desmatamentos, e o deslocamento populacional intensificam o problema. A precariedade das condições sanitárias em muitas regiões contribui para a proliferação do mosquito e facilita a transmissão viral. O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental conforme a proposta inicial, optou-se neste projeto pela análise de caráter qualitativo e quantitativo, para tanto se fez necessária a utilização de metadados e ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores. A pesquisa contou com apontamentos semanais, nos quais foram discutidas as melhores fontes para pesquisa dentro do material selecionado, a produção textual foi aprimorada a cada encontro visando conferir maior clareza e objetividade ao texto. O mosquito *Aedes aegypti*, vetor da dengue, encontra um ambiente propício para proliferação em áreas urbanas com infraestrutura precária. A falta de saneamento básico, coleta de lixo eficiente, rede de esgoto, acesso à água potável e aterros sanitários adequados como fatores que contribuem para a proliferação do mosquito. A dengue é um problema complexo que exige soluções abrangentes e duradouras. O combate à doença deve ser encarado como uma questão de justiça social e ambiental, com medidas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso à saúde de qualidade para todas as comunidades.

Palavras-chave: Dengue. *Aedes aegypti*. Arboviroses. Epidemia. Racismo Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A dengue, uma doença febril que causa grande impacto na saúde pública global, é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma Doença Tropical Negligenciada. Essa enfermidade representa um problema significativo para mais de 100 países em diferentes regiões do planeta, incluindo África, Américas, Mediterrâneo Oriental, Sudeste Asiático e Pacífico Ocidental. Estima-se que cerca de metade da população mundial esteja em áreas com risco de contrair dengue (Melo et al., 2023).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) revela um panorama preocupante: a dengue está em franca expansão no mundo. De 2000 a 2019, o número de casos saltou de 505.430 para 4,2 milhões, um aumento significativo que exige atenção imediata (Silva et al., 2022). Em 2020, as Américas registraram o maior número de casos de dengue da história,

com mais de 1,6 milhões de pessoas infectadas. O Brasil, liderando esse cenário preocupante, contabilizou mais de 2 milhões de casos notificados (Silva et al., 2022)

No Brasil, as arboviroses, como a dengue, representam um desafio constante para a saúde pública. O clima tropical predominante no país cria um ambiente ideal para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, principal vetor dessas doenças (Donateli; Campos; 2023).

Fatores como o crescimento populacional desordenado, a globalização com suas mudanças climáticas e desmatamentos, e o deslocamento populacional intensificam o problema. A precariedade das condições sanitárias em muitas regiões contribui para a proliferação do mosquito e facilita a transmissão viral (Donateli; Campos; 2023).

Combater as arboviroses exige um esforço conjunto e multifacetado. É necessário investir em medidas de controle do vetor, educação da população, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, além de políticas públicas que promovam a saúde e o bem-estar da população.

Tendo em vista os problemas que a dengue causa na saúde pública, o presente trabalho busca fazer uma análise do impacto da dengue em pessoas de baixa renda no Brasil, bem como a informação levada através de redes sociais, televisão, e afins impactam nos cuidados básicos da mitigação de dados das doenças causadas pelo mosquito *Aedes aegypti*.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental conforme a proposta inicial, optou-se neste projeto pela análise de caráter qualitativo e quantitativo, para tanto se fez necessária a utilização de metadados e ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores.

A pesquisa contou com apontamentos semanais, nos quais foram discutidas as melhores fontes para pesquisa dentro do material selecionado, a produção textual foi aprimorada a cada encontro visando conferir maior clareza e objetividade ao texto.

O estudo baseou-se na análise da bibliografia proposta no sentido de selecionar conceitos que trouxessem ao texto um melhor argumento no que se refere a classificação e significado da dengue no Brasil. Posteriormente para o levantamento de dados referentes a características das pessoas de baixa renda, foi utilizada a pesquisa documental de caráter quantitativo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A epidemia de dengue no Brasil, além de apresentar números alarmantes, expõe as cruéis desigualdades socioambientais que assolam o país. O racismo ambiental se torna evidente quando observamos que as comunidades historicamente marginalizadas, que vivem em condições precárias e com acesso limitado à saúde, são as mais impactadas pela doença.

Segundo o Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, essas comunidades sofrem os efeitos nocivos da degradação ambiental e da falta de acesso a recursos naturais e serviços básicos. Já as populações mais abastadas, em sua maioria brancas, usufruem de uma proteção ambiental e condições de vida melhores, diminuindo seus riscos de contrair doenças como a dengue (Fiocruz, 2024).

A dengue, portanto, se torna mais um capítulo na triste história de desigualdades do Brasil. É urgente combater o racismo ambiental e garantir que todas as comunidades tenham acesso a um ambiente saudável e recursos básicos de saúde. A luta por justiça

social e ambiental é fundamental para construir um país mais justo e equitativo (Reis, 2024).

O mosquito *Aedes aegypti*, vetor da dengue, encontra um ambiente propício para proliferação em áreas urbanas com infraestrutura precária. O infectologista Julio Croda da Fiocruz destaca a falta de saneamento básico, coleta de lixo eficiente, rede de esgoto, acesso à água potável e aterros sanitários adequados como fatores que contribuem para a proliferação do mosquito (Reis, 2024).

A coleta de lixo ineficiente gera criadouros em materiais descartados, como vasilhas e pneus. O adensamento populacional também facilita a proliferação do mosquito. A fiscalização menos eficiente nesses locais agrava a situação.

O racismo ambiental é uma forma de desigualdade socioambiental que afeta principalmente as comunidades marginalizadas, como pessoas negras, indígenas e pobres.

O racismo ambiental se manifesta na localização de lixões e aterros próximos a comunidades de baixa renda, na poluição do ar em bairros pobres, na falta de acesso à água potável e saneamento básico em comunidades rurais e periféricas, entre outras formas de injustiça ambiental (Reis, 2024).

A segregação urbana, que concentra comunidades marginalizadas em áreas com infraestrutura precária, contribui diretamente para a vulnerabilidade dessas populações à dengue. O infectologista Julio Croda da Fiocruz explica que o controle do mosquito *Aedes aegypti* é mais difícil nesses locais devido ao adensamento populacional, à falta de água encanada regular e à coleta de lixo deficiente (Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2024).

As precárias condições de saneamento básico obrigam as pessoas a armazenar água em recipientes inadequados, criando criadouros para o mosquito. Essa situação é agravada pela dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde e informação sobre a dengue.

Dados da dengue na região Sudeste, por exemplo, evidenciam o racismo ambiental. Segundo o Painel de Monitoramento das Arboviroses do Ministério da Saúde, chegou a 574.953 o número de casos na região. Desse total 55,4 % são pacientes femininas. Entre pretos e pardos são 148.174 infectados. Já entre a população branca são 110.264. Da amarela são 4.297 e da indígena, 557 (Ministério da Saúde, 2024).

As comunidades marginalizadas, além de viverem em ambientes propícios à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, também sofrem com a insuficiência de políticas públicas e investimentos em programas de controle vetorial.

A escassez de recursos de saúde e a negligência do governo limitam o acesso a medidas preventivas e ao tratamento adequado para a dengue nessas comunidades.

A combinação de fatores como a maior incidência da doença, a falta de acesso a serviços de saúde e a dificuldade de identificar os sinais de alerta resulta em um número maior de casos graves e maior letalidade por dengue nas comunidades marginalizadas.

O racismo ambiental contribui para essa disparidade, pois as comunidades mais afetadas pela dengue geralmente são compostas por pessoas negras, indígenas e de baixa renda.

4 CONCLUSÃO

A dengue é um problema complexo que exige soluções abrangentes e duradouras. O combate à doença deve ser encarado como uma questão de justiça social e ambiental, com medidas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso à saúde de qualidade para todas as comunidades.

Somente com um compromisso firme com a mudança social e ambiental poderemos reduzir o impacto da dengue nas comunidades de baixa renda e construir um

país mais justo e saudável para todos.

Algumas soluções para esses problemas se passam por exemplo na criação de programas de educação ambiental para conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente e do descarte correto do lixo.

Como também o incentivo à participação da comunidade em ações de controle do mosquito *Aedes aegypti* com a participação da mesma.

Fortalecimento da pesquisa científica: desenvolvimento de novas tecnologias para o controle do mosquito e tratamento da dengue.

É importante frisar que a luta contra a dengue é um desafio de todos. É um desafio coletivo, em comunidade, e pequenas ações no dia a dia são fundamentais para a mitigação de danos. É hora de unirmos forças para construir um futuro mais saudável e justo para todos.

REFERÊNCIAS

DONATELI, C. P.; CAMPOS, F. C. Visualização de dados de vigilância das arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes aegypti* em Minas Gerais, Brasil. *Journal of Information Systems and Technology Management – Jistem USP*. Vol. 20, 2023.

FIOCRUZ. Julio Croda: ‘É uma revolução no cenário epidemiológico ter a vacina da dengue disponível no SUS’. *SUS, SAÚDE E CIDADANIA*. 2024.

FIOCRUZ. Monitoramento de dengue indica pontos de atenção no Brasil. 2022.

GUIMARAES, et al. Associação entre escolaridade e taxa de mortalidade por dengue no Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Racismo ambiental agrava epidemia de dengue nas populações marginalizadas. 2024.

MELO, G. B. T. et al. Financiamento de pesquisas sobre dengue no Brasil, 2004-2020.

MENDONÇA, F. A.; SOUZA, A. V.; DUTRA, D, A. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 21 (3): 257-269, dez. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel de Monitoramento das Arboviroses. Gov.br. 2024.

SILVA, T. R. et al. Tendência temporal e distribuição espacial da dengue no Brasil. *Cogitare Enferm. Centro Universitário de Guanambi (UNIFG)*, 2022, v27:e84000, 2022.

REIS, R. Dengue: racismo ambiental agrava epidemia para boa parte da população. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2024.

SAÚDE DEBATE. RIO DE JANEIRO, V. 47, N. 138, P. 601-615, Jul-Set 2023.